# POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Documento padrão do módulo LGPD e Governo Digital para publicação inicial no portal. O órgão poderá substituir este arquivo por versão própria aprovada por ato competente.

## 1. Objetivo

Esta Política de Privacidade informa, em linguagem simples, como o órgão público municipal coleta, utiliza, armazena, compartilha e protege dados pessoais no portal institucional e nos serviços digitais disponibilizados ao cidadão. O tratamento de dados pessoais observará a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, a legislação de acesso à informação, as normas de transparência pública e as demais regras aplicáveis à administração pública.

## 2. Dados coletados

Poderão ser coletados dados de identificação e contato, como nome, CPF, e-mail, telefone, endereço, cargo/função, número de protocolo, documentos enviados pelo cidadão, dados de formulários eletrônicos, registros de manifestações, solicitações, reclamações, pedidos de acesso à informação, dados técnicos de navegação, endereço IP, data e hora de acesso e demais informações necessárias à prestação do serviço público.

## 3. Finalidade do tratamento

Os dados pessoais são tratados para atendimento ao cidadão, execução de serviços públicos, resposta a solicitações, registro e acompanhamento de protocolos, cumprimento de obrigações legais e regulatórias, transparência pública, controle interno, melhoria dos serviços digitais, segurança do portal, comunicação institucional e exercício de direitos pelo titular dos dados.

## 4. Base legal

O tratamento poderá ocorrer com fundamento no cumprimento de obrigação legal ou regulatória, execução de políticas públicas, atendimento ao interesse público, exercício regular de direitos, proteção da vida ou da incolumidade física quando aplicável, consentimento do titular nos casos exigidos e demais hipóteses previstas na LGPD.

## 5. Compartilhamento de dados

Os dados poderão ser compartilhados com órgãos públicos, sistemas oficiais, órgãos de controle, Tribunal de Contas, Ministério Público, Poder Judiciário, fornecedores de tecnologia contratados e demais entidades autorizadas por lei, sempre de acordo com a finalidade pública, a necessidade do tratamento e as medidas de proteção cabíveis.

## 6. Cookies e tecnologias similares

O portal poderá utilizar cookies necessários ao funcionamento das páginas, à segurança da navegação, à geração de estatísticas de acesso e à melhoria da experiência do usuário. O cidadão pode configurar o navegador para bloquear cookies, ciente de que alguns recursos ou serviços digitais poderão ser afetados.

## 7. Direitos do titular

O titular dos dados pessoais poderá solicitar confirmação de tratamento, acesso aos dados, correção, atualização, anonimização, bloqueio, eliminação quando aplicável, informação sobre compartilhamento, portabilidade quando cabível, revisão de decisões automatizadas e revogação do consentimento nos casos em que essa for a base legal utilizada.

## 8. Segurança da informação

São adotadas medidas técnicas e administrativas para proteger os dados pessoais, incluindo controle de acesso, restrição de usuários autorizados, registros de logs, backups, proteção dos sistemas, monitoramento de eventos, orientação interna e boas práticas de segurança da informação.

## 9. Retenção e descarte

Os dados pessoais serão mantidos pelo tempo necessário ao cumprimento das finalidades informadas, às obrigações legais, à prestação de contas, à guarda documental pública e ao exercício regular de direitos. Após esse período, poderão ser eliminados, anonimizados ou preservados conforme a legislação arquivística e administrativa aplicável.

## 10. Contato e encarregado

Solicitações relacionadas à LGPD, à privacidade e à proteção de dados pessoais devem ser encaminhadas ao Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais ou ao canal oficial informado na página pública do módulo LGPD e Governo Digital do portal institucional.

## 11. Atualização desta política

Esta política poderá ser atualizada para refletir alterações legais, administrativas, tecnológicas ou operacionais. A versão vigente deve permanecer publicada no portal, preferencialmente acompanhada de documento integral e texto acessível ao cidadão.

## 12. Quadro resumido da política

| | |
|---|---|
| **Dados coletados** | Identificação, contato, documentos, formulários, protocolos, manifestações, dados técnicos de navegação e informações necessárias aos serviços públicos. |
| **Finalidade** | Atendimento ao cidadão, execução de serviços públicos, cumprimento de obrigações legais, transparência, segurança e melhoria dos serviços digitais. |
| **Base legal** | Obrigação legal/regulatória, políticas públicas, interesse público, exercício regular de direitos, consentimento quando aplicável e demais hipóteses da LGPD. |
| **Compartilhamento** | Órgãos públicos, sistemas oficiais, órgãos de controle, fornecedores contratados e entidades autorizadas por lei. |
| **Cookies** | Funcionamento do portal, segurança, estatísticas e melhoria da navegação. |
| **Direitos** | Acesso, confirmação, correção, atualização, anonimização, bloqueio, eliminação, informação sobre compartilhamento e revogação do consentimento quando cabível. |
| **Segurança** | Controle de acesso, logs, backups, restrição de usuários autorizados e medidas técnicas e administrativas. |
| **Contato** | Canal oficial e encarregado informado na página pública do módulo LGPD e Governo Digital. |

Observação: este arquivo é um modelo padrão fornecido pelo módulo. O órgão responsável deve revisar, complementar e, quando necessário, substituir por documento próprio aprovado pela autoridade competente.